EDUCAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE DECISÃO: UM ESTUDO APLICADO A ACADÊMICOS DA FECILCAM

SILVA, Bruna Soares da. TCC, Ciências Contábeis – FECILCAM, brunasoaresdasilv@gmail.com

MACHADO, Andressa de Fátima. TCC, Ciências Contábeis – FECILCAM, andressa_fmachado@hotmail.com

FERREIRA, Jorge Leandro Delconte – FECILCAM (OR), jorge.leandro.professor@gmail.com

RESUMO: O incentivo do crédito fácil para dinamizar a economia do país tem feito com que o consumo pouco alinhado com as reais necessidades agrave o nível de estabilidade financeira das pessoas. A questão deste trabalho é determinar se matérias relacionadas às finanças empresariais podem auxiliar nas tomadas de decisões dos acadêmicos. O problema de pesquisa busca identificar quais são os principais fatores que influenciam nas tomadas de decisão de consumo, investimento e poupança de acadêmicos da área de ciências sociais aplicadas. A pesquisa foi realizada na Fecilcam com os alunos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia. Caracterizada por uma pesquisa aplicada e exploratória, pode-se classificá-la também como uma pesquisa quantitativa, tendo em vista que foram adotados instrumentos estatísticos. O questionário foi composto por questões de múltipla escolha e escalas; em algumas questões os alunos podiam expressar sua opinião. O questionário utilizado foi submetido de forma eletrônica e impressa (encaminhados para alguns respondentes de forma eletrônica e aplicado nas salas conforme os cursos). Nos resultados percebeu-se que os ingressantes dos três cursos pesquisados tem hábitos que denotam um nível de educação financeira mais elevado que o dos concluintes, o que suscita uma indagação: até que ponto as disciplinas de finanças ofertadas na graduação contribuem para elevar a educação financeira?

Palavras-chave: Educação Financeira. Orçamento Pessoal. Tomada de decisão.

1 INTRODUÇÃO

A oferta de crédito para dinamizar a economia do país tem agravado situações de consumo pouco alinhado com as reais necessidades e com o nível de estabilidade financeira das pessoas. Considerando que grande parcela da população ainda não dispõe de conhecimentos básicos de gestão financeira, isso traz conseqüências importantes para a economia das famílias, já que a formação financeira influência nas tomadas de decisões de

consumo e investimento. Destaca-se, o fato de que, nem sempre um maior nível de escolaridade resulta em melhor educação financeira.

Nesse sentido, o presente trabalho estudou os principais fatores que influenciam nas tomadas de decisão de consumo, investimento ou poupança de acadêmicos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam). A partir do perfil do acadêmico e hábitos de consumo e investimento, compreendemos a relação entre a formação universitária dos acadêmicos e suas decisões acerca de temas de educação financeira.

Considerando que os cursos de Ciências Sociais, como Administração, Ciências Contábeis e Economia, oferecem base em suas grades curriculares para a preparação do conhecimento financeiro que podem ser aplicados a sua rotina, o tema apresenta grande relevância, pois se preocupou em compreender a realidade dos acadêmicos. Importante também por lançar bases para futuras intervenções junto aos acadêmicos, ampliando seu nível de educação financeira e possibilitando qualificar suas decisões acerca de finanças pessoais.

O tema da pesquisa foi Educação Financeira, sua delimitação foi o nível de educação financeira dos acadêmicos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Fecilcam. O problema se caracterizou pela busca dos principais fatores que influenciam as tomadas de decisão de consumo, investimento ou poupança destes acadêmicos. Dado o problema, o objetivo foi identificar os principais fatores que influenciam as tomadas de decisão consumo, investimento e poupança dos acadêmicos participantes da pesquisa.

O presente trabalho está dividido em cinco seções. A primeira delas apresenta o tema em discussão, o problema de pesquisa e os objetivos orientadores da pesquisa. A segunda é composta pelo referencial teórico que embasa as análises posteriores, discutindo sobre educação financeira, sua inserção na educação formal, e o contexto econômico e financeiro nacional. Na seção seguinte, são apresentados os procedimentos metodológicos que orientaram o desenvolvimento da presente pesquisa. Na quarta seção, os dados coletados são apresentados e analisados, à luz da teoria tecida no referencial teórico. A última seção apresenta as conclusões obtidas a partir da pesquisa, bem como indicações de pesquisas complementares futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nunes (2008, *on line,* grifo do original) destaca que consumo “designa o ato econômico que permite concretizar a satisfação de determinada necessidade através da utilização de determinado bem”. O autor enfatiza a palavra necessidade, mas a cultura de

consumo que praticamos hoje traz conceitos variados de necessidade, já que somos seres humanos diferentes e conseqüentemente manifestamos desejos diferentes.

Nesse sentido, convém observar que o Brasil tem vivido uma boa fase no setor econômico. Dado o incentivo ao consumo e a liberação de crédito, a economia tem se mantido aquecida. Contudo, grande parte da população não dispõe de conhecimentos básicos para consumir com consciência. A re-significação do termo 'necessidade' aconteceu naturalmente com famílias que migraram para classes mais privilegiadas. O que antes era tratado como supérfluo, hoje se tornou necessidade pela condição social em que se encontram. Segundo Vitt (2004 apud LUCCI et al, 2006, p.5), "a decisão de consumo é afetada por aspectos psicológicos, físicos e por valores sociais que estão baseados em sentimentos e emoções". Como resultado dessa dinâmica, o baixo nível de conhecimento de finanças pode contribuir para que, no ato do consumo, os indivíduos se comprometam com decisões e compromissos financeiros que não podem ser suportados pelas suas condições sócio-econômicas.

Em concordância com essa argumentação, Paludo, Cherobim e Espejo (2009 apud MEKELBURG, 2010, p. 30) afirmam que "o povo brasileiro possui hábitos financeiros de ostentação que levam as pessoas a terem um patrimônio irreal, que não condiz com a renda". Tais hábitos de ostentação, que também podem ser denominados consumismo, têm comprometido a renda dessas famílias, impedindo que muitas façam investimento ou poupança, deixando de resguardar seu futuro financeiro, ou dar segurança no momento de crise, se for o caso.

Mallmann (2008, p. 13) cita que "investir é empregar o dinheiro poupado em aplicações que rendam juros ou outra forma de remuneração ou correção". Segundo o autor, tal alternativa é tão importante quanto o ato de poupar, pois o investimento é tão importante quanto à poupança, pois todo o esforço feito em reduzir ou cortar gastos pode ser desperdiçado, se for mal investido.

Em relação à poupança, Sandroni (2011, *online*, p. 485) a define como "parte da renda nacional ou individual que não é utilizada em despesas, sendo guardada e aplicada depois de deduzidos os impostos". Segundo o autor, para muitos indivíduos, poupar deixou de ser uma prioridade na administração das finanças pessoais. As possibilidades de gasto vêm sendo mais bem trabalhadas pelo mercado, em detrimento da idéia de manter o dinheiro aplicado, por exemplo, em uma caderneta de poupança.

Nesse sentido, a tomada de decisão sobre consumir, investir ou poupar pode ser influenciada pelo nível de conhecimento do mesmo sobre o assunto, ou seja, seu nível de educação financeira. Claudino (2009, p. 02) destaca que:

> [...] os indivíduos precisam dominar um amplo conjunto de informações, destaca-se a importância da educação financeira, que compreende a

> inteligência de ler e interpretar números e assim transformá-los em informação para elaborar um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável e o futuro equilibrado nas finanças pessoais.

Segundo Pinheiro (2008, p. 02), educação financeira se descreve como:

> [...] a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida. Usuários desse tipo de produto, quando devidamente instruídos, têm a capacidade lidar com as questões financeiras do cotidiano e as imprevistas, avaliar o impacto das decisões para a sua vida e a de sua família, compreender seus direitos e suas responsabilidades e ter o conhecimento de fontes confiáveis de consulta.

Pinheiro descreve a educação financeira como uma administração das finanças pessoais, que precisa ser consciente para ser eficiente. Segundo Braunstein e Welch (2002 apud LUCCI et al, 2006, p.4):

> A administração ineficiente do dinheiro deixa os consumidores vulneráveis a crises financeiras mais graves. [...] as operações de mercado e as forças competitivas ficam comprometidas quando consumidores não têm habilidade para administrar efetivamente suas finanças. Quando os agentes são bem informados, o mercado se torna mais competitivo e mais eficiente.

Assim como o mercado, os profissionais também são afetados por este nível de educação financeira. Colaboradores que apresentam boa saúde financeira conseqüentemente são indivíduos mais eficientes e com maior probabilidade de se realizarem profissionalmente. O empregado seguro não se torna submisso ou flexível, impondo suas opiniões e críticas. Isso pode lhe proporcionar um melhor reconhecimento se comparado àqueles que não se manifestam, por se encontram em uma situação financeira que não permite a troca ou perca do emprego, mesmo que permaneça submetido a condições insatisfatórias.

2.1 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA INSERIDA NA EDUCAÇÃO FORMAL

Analisando a evolução da oferta de crédito no país nos últimos anos, percebe-se uma política nacional de aumento do crédito, para alavancar o crescimento econômico. No entanto, há lacunas, no que diz respeito a preparar (ou educar) a sociedade em termos financeiros, para consumir de modo sustentável, do ponto de vista econômico. A aquisição de bens móveis e imóveis tem comprometido grande parte da renda de famílias emergentes, que viram na oportunidade de aquisição de um bem para criação ou acréscimo a um patrimônio a possibilidade de prosperar. Contudo, muitos destes consumidores têm dificuldades de gerenciar estes compromissos, e isso pode estar relacionado às deficiências em conhecimento sobre o assunto.

Afinal, o governo tem se preocupado em inserir na educação pública atividades e disciplinas que auxiliem no desenvolvimento desses conceitos e nessas tomadas de decisões de consumo, investimento ou poupança? Savoia, Saito, e Santana (2007, p. 08) acreditam que não, ao afirmar que "a educação financeira não foi agregada, de maneira oficial, nas grades curriculares e, nas universidades, não se constata uma ação efetiva e duradoura". Reforçando os argumentos dos que consideram isso um papel estatal, destaca-se que os países desenvolvidos costumam inserir matérias sobre educação financeira na educação básica de suas crianças e adolescentes, formando cidadãos conscientes de seus consumos e investimentos, refletindo diretamente no desenvolvimento econômico do país.

A respeito do ensino de finanças na rede pública de ensino, Kern (2009, p. 18) afirma que:

> A inclusão da educação financeira na escola pública de maneira que possibilite relacionar os conteúdos curriculares com situações do cotidiano do aluno poderá ser uma alternativa na busca de uma aprendizagem significativa no que se refere a considerar o aluno como um ser total e não isolado do mundo em que vive.

Uma das dificuldades vem sendo o momento de aprender sobre educação financeira e demais conceitos relacionados. Na fase adulta, o indivíduo busca somente remediar a sua situação financeira, sem buscar ajuda para uma mudança de hábitos que lhe propicie melhores resultados. Não há um entendimento que a educação financeira é importante para sociedade como um todo.

> A omissão da escola em relação a noções de comércio, de economia, de impostos e de finanças tem uma conseqüência perversa: a maioria das pessoas, quando adulta, continua ignorando esses assuntos e segue sem instrução financeira e sem habilidade para manejar dinheiro. As conseqüências se tornam mais graves se levarmos em conta que ninguém, qualquer que seja a sua profissão, está livre dos problemas ligados ao mundo do dinheiro e dos impostos. Martins (2004, p.56 apud KERN, 2009, p.14)

Parece, portanto, haver uma lacuna no sistema educacional do país em relação à educação financeira. Lucci et al (2006, p.5) destacam que "a conscientização da população é necessária e a educação financeira pode ajudar as pessoas a terem consciência de todas as variáveis envolvidas numa decisão e fornecer instrumentos para uma tomada de decisão eficiente".

Devido à necessidade de sustentar a economia do país, precisou-se intervir na educação formal com intuito de contribuir para um consumo financeiro mais responsável da população. Com isso, o governo federal instituiu em 2010, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), pelo Decreto. 7.397, de 22/12/2010. A ENEF tem como proposta a inclusão da educação financeira como tema transversal a ser trabalhado nas escolas.

A educação financeira será desenvolvida com bases nas Diretrizes Curriculares Nacionais para que seja tratado nas disciplinas regulares, e as escolas poderão escolher de que forma irão tratar deste assunto.

A ENEF tem intuito de auxiliar no desenvolvimento da educação financeira, afetando as decisões de consumo e investimento, resultando num nível maior de qualidade de vida. No entanto, ainda não se tem clareza sobre como promover de forma eficaz a educação financeira. Assim, percebe-se como oportuno refletir sobre a forma como acadêmicos de cursos que apresentam em sua grade curricular disciplinas relacionadas a finanças tomam decisões afeitas à educação financeira, o que foi o escopo do presente trabalho. Além disso, buscamos identificar os principais fatores que afetam a tomada de decisão destes acadêmicos no momento de consumir, investir ou poupar.

3 METODOLOGIA

O presente artigo se caracteriza, quanto a sua natureza, como uma pesquisa aplicada. Quanto aos fins, esta pesquisa é exploratória, pois se justifica em função de que o objetivo geral traçado para a realização do estudo é pouco explorado (ressaltado, inclusive, todos os aspectos relacionados à implantação da ENEF).

A pesquisa exploratória teve como objetivo conhecer com maior profundidade a maneira com que os acadêmicos administram suas finanças. Teve caráter do tipo *survey*, pois foram levantadas informações de um grupo de acadêmicos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia.

Quanto à tipologia de pesquisa, a abordagem do problema adotou a forma de uma pesquisa quantitativa, tendo em vista que foram empregados instrumentos estatísticos, tanto na forma como foram coletados os dados dos respondentes do instrumento de pesquisa, quanto no modo como foram analisados os dados das respostas obtidas.

Os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia na Fecilcam são cursos que se assemelham em suas grades curriculares, no que diz respeito à área de finanças. Isso porque abordam, em disciplinas ministradas no decorrer do curso, os conceitos de consumo, investimento e poupança aplicáveis ao contexto empresarial, mas que também podem ser aplicados na rotina dos acadêmicos. Logo, o universo da pesquisa serão os acadêmicos ingressantes e concluintes matriculados nos cursos de ciências sociais aplicadas da Fecilcam que abordam, durante a formação, temas de gestão financeira: Administração com 366 alunos, Ciências Contábeis com 365 alunos e Economia com 345 alunos. Logo, como se pode depreender das informações acima, o universo de investigação é composto por 1.076 alunos, contudo o número de alunos participantes da pesquisa

corresponde a 203 alunos representando 19% do universo investigado, sendo 78 de Administração (38%), 64 de Ciências Contábeis (32%) e 61 de Ciências Econômicas (30%).

A amostragem foi probabilística estratificada. Marconi e Lakatos (2002, apud Beuren 2009) definem como principal característica da amostragem probabilística a possibilidade de empregar tratamento estatístico aos dados coletados, o que possibilita compensar erros amostrais e outros aspectos relacionados à representatividade e relevância da amostra. O universo de pesquisa, portanto, foi categorizado em alunos ingressantes e alunos permite concluintes, sendo alunos matriculados nos 1º e 2º anos considerados ingressantes e 3º, 4º e 5º anos, os concluintes. Para essa categorização consideramos alguns fatores influentes, como o fato de que os cursos organizam suas matérias conforme suas necessidades, podendo apresentar diferença no período em que a mesma matéria será ministrada, levamos em conta também que alunos com dependência que fazem parte destes estratos se analisados por série, podem afetar a pesquisa, trazendo resultados irreais.

Consideramos que, para cada estrato citado acima, havia a necessidade de adesão de pelo menos 30 alunos de cada estrato à pesquisa, a qual é justificada por Reboita (2005, p. 11), que destaca o Teorema do Limite Central como valor de participantes necessário para que as análises possam ser feitas por meios estatísticos:

> [...] não é necessário conhecer a distribuição de uma população para podermos fazer inferência sobre ela a partir de dados amostrais. A única restrição é que o tamanho da amostra seja grande. Uma regra prática muito usada é que a amostra deve consistir de 30 ou mais observações.

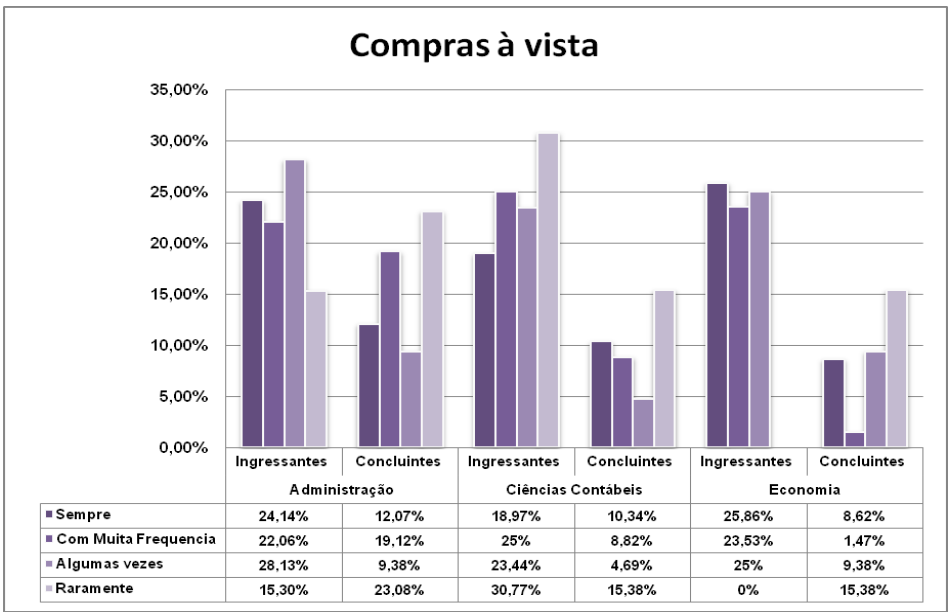
Com isso, chegamos a seis estratos, dividindo em ingressantes e concluintes, de três cursos diferentes. A amostragem foi construída baseada na adesão de pelo menos 30 alunos de cada estrato à pesquisa.

A coleta de dados foi feita por meio de instrumento de pesquisa desenvolvido especialmente para esse fim. O questionário utilizado foi submetido de forma eletrônica e em forma de impressos. Preliminarmente, o questionário foi desenvolvido no *software Google Docs*®, bem como foi também encaminhado para alguns respondentes por meio eletrônico e aplicados nas salas conforme os cursos. O instrumento desenvolvido trata-se de um questionário semi-estruturado, composto por questões de múltipla escolha e escalas; em algumas questões os alunos puderam expressar sua opinião. Antes da aplicação, o instrumento de pesquisa foi testado com cinco alunos, para avaliar sua adequabilidade, bem como a compreensibilidade das questões. A análise de dados foi feita por meio de estatística descritiva, com base nos *softwares Excel® e Minitab®.*

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

A pesquisa permitiu coletar informações sócio-econômicas dos respondentes, além de evidenciar hábitos de consumo. A análise de dados indica que os subgrupos formados com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas apresentam seguintes diferenças: os acadêmicos que compõem o grupo dos ingressantes do curso de Ciências Contábeis têm média de idade maior que os ingressantes dos outros dois cursos, os alunos que formam o grupo de concluintes de Ciências Contábeis são os únicos participantes da pesquisa que responderam que não sobra dinheiro do salário, seja para investir ou gastar, acadêmicos ingressantes do curso de Ciências Econômicas não fazem investimentos ou poupança, e discordam em economizar tudo que podem, os ingressantes de Administração e Ciências Econômicas não procuram saber a taxa paga nas compras a prazo, Os alunos que formam o grupo de ingressantes de Administração são os únicos participantes da pesquisa que responderam que concordam em partes em viver bem hoje e economizar amanhã.

No questionário aplicado aos acadêmicos, foram utilizadas afirmações a fim de analisar o comportamento dos mesmos quanto às finanças pessoais. A primeira afirmação destacada é ‘procuro fazer compras principalmente à vista’. Como opções de respostas tiveram: ‘sempre’, ‘com muita freqüência’, ‘algumas vezes’, ‘raramente’ e ‘nunca’. O gráfico a seguir representa o resultado, subdivididos em seus grupos respectivos:

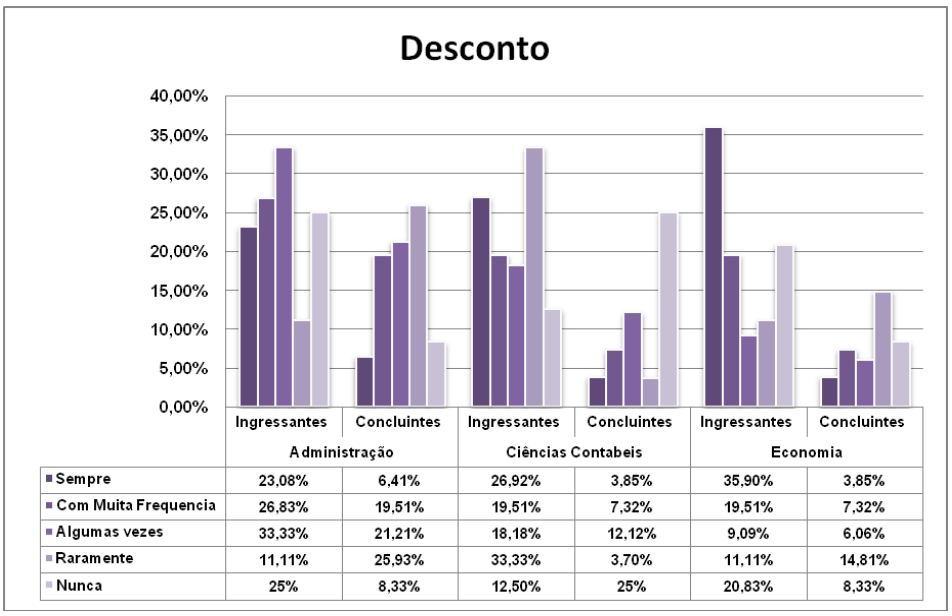


	Administração		Ciências Contábeis		Economia	
	Ingressantes	Concluintes	Ingressantes	Concluintes	Ingressantes	Concluintes
Sempre	24,14%	12,07%	18,97%	10,34%	25,86%	8,62%
Com Muita Frequencia	22,06%	19,12%	25%	8,82%	23,53%	1,47%
Algumas vezes	28,13%	9,38%	23,44%	4,69%	25%	9,38%
Raramente	15,30%	23,08%	30,77%	15,38%	0%	15,38%

Gráfico 1 - Compras à Vista

Analisando o gráfico 01, observamos que os ingressantes dos três cursos têm mais costume de consumir à vista se comparados com os concluintes. Os acadêmicos que fazem parte do grupo de ingressantes de Ciências Contábeis se destacam por apresentar maior número de respostas ‘raramente’, ao contrário dos ingressantes de Ciências Econômicas,

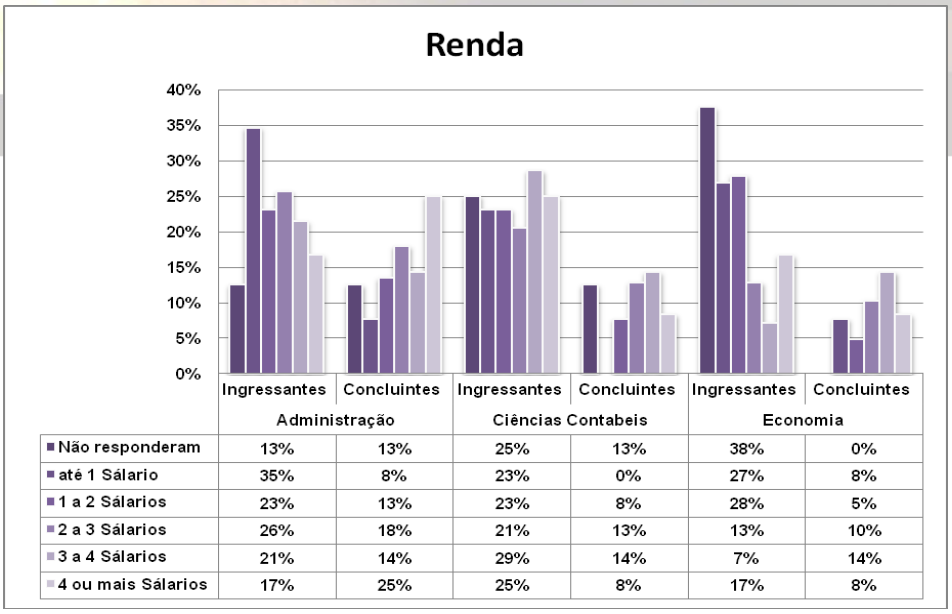
que não apresentam nenhuma resposta que tenha escolhido esta alternativa. Destaca-se também a diferença entre os acadêmicos ingressantes de Ciências Econômicas e concluintes do mesmo curso, na escolha pela resposta 'com muita frequencia', o número de acadêmicos ingressantes que escolheu a alternativa, ultrapassa o triplo de alunos concluintes que escolheram a mesma.



	Ingressantes	Concluintes	Ingressantes	Concluintes	Ingressantes	Concluintes
	Administração		Ciências Contabeis		Economia	
Sempre	23,08%	6,41%	26,92%	3,85%	35,90%	3,85%
Com Muita Frequencia	26,83%	19,51%	19,51%	7,32%	19,51%	7,32%
Algumas vezes	33,33%	21,21%	18,18%	12,12%	9,09%	6,06%
Raramente	11,11%	25,93%	33,33%	3,70%	11,11%	14,81%
Nunca	25%	8,33%	12,50%	25%	20,83%	8,33%

Gráfico 2 - Desconto

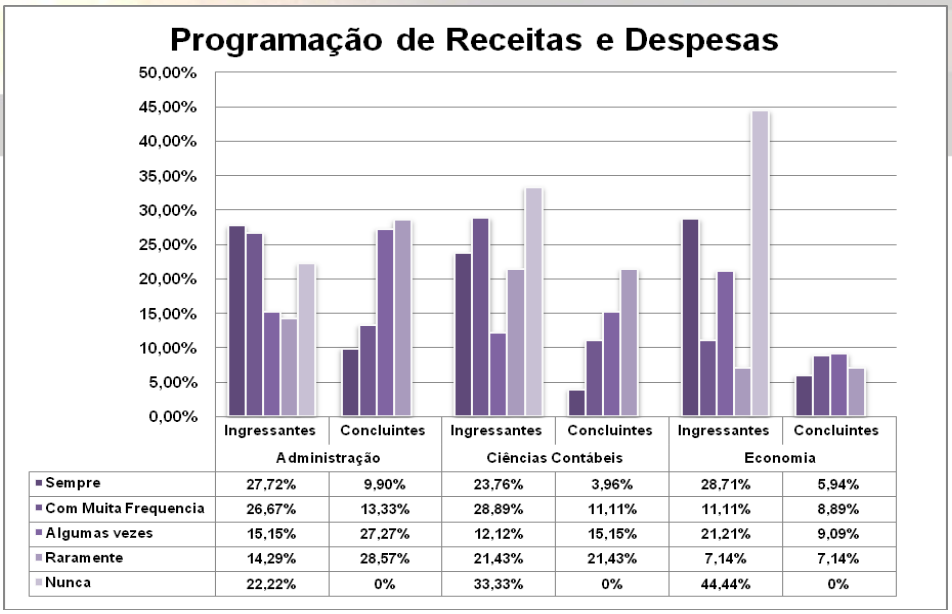
Neste gráfico observamos a disposição dos dados conforme os acadêmicos responderam se pedem desconto no momento do consumo, deste podemos notar que os ingressantes de Ciências Econômicas demonstram maior interesse com mais de 35%, seguido dos ingressantes de Ciências Contábeis com aproximadamente 27% das respostas. Menores índices de respostas foram observados nos grupos de concluintes de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Encontramos número excessivo de respostas 'nunca' nos ingressantes de Administração e concluintes de Ciências Contábeis, e para 'raramente' prevaleceu o grupo de ingressantes de contábeis. Observamos também que os concluintes pedem menos desconto que os ingressantes.



	Ingressantes	Concluintes	Ingressantes	Concluintes	Ingressantes	Concluintes
	Administração		Ciências Contabeis		Economia	
Não responderam	13%	13%	25%	13%	38%	0%
até 1 Sálario	35%	8%	23%	0%	27%	8%
1 a 2 Sálarios	23%	13%	23%	8%	28%	5%
2 a 3 Sálarios	26%	18%	21%	13%	13%	10%
3 a 4 Sálarios	21%	14%	29%	14%	7%	14%
4 ou mais Sálarios	17%	25%	25%	8%	17%	8%

Gráfico 3 - Renda

Referente à renda dos acadêmicos, observamos no gráfico 03 apresentado, que o maior número de acadêmicos que tem renda de até um salário mínimo fazem parte do grupo de ingressantes de Administração, seguido de ingressantes de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, observamos que os respondentes concluintes do curso de Ciências Contábeis, têm renda de no mínimo 01 salário mínimo. Mesmo com o grupo de ingressantes de contábeis fazendo parte do grupo com as menores rendas, possui a maior média salarial de todos os seis substratos (R$ 1.089,64), tem o maior número de respostas com salários entre 3 e 4 salários, e esta empatado com os concluintes de Administração com o mesmo número de respostas para 4 ou mais salários. Observamos que há um número significativo de acadêmicos que optaram por não responder esta pergunta, destacamos os ingressantes de Ciências Econômicas, que tem o maior número, se comparado com os demais.



	Ingressantes	Concluintes	Ingressantes	Concluintes	Ingressantes	Concluintes
	Administração		Ciências Contábeis		Economia	
Sempre	27,72%	9,90%	23,76%	3,96%	28,71%	5,94%
Com Muita Frequencia	26,67%	13,33%	28,89%	11,11%	11,11%	8,89%
Algumas vezes	15,15%	27,27%	12,12%	15,15%	21,21%	9,09%
Raramente	14,29%	28,57%	21,43%	21,43%	7,14%	7,14%
Nunca	22,22%	0%	33,33%	0%	44,44%	0%

Gráfico 4 - Programação de Receitas e Despesas

O gráfico 04 traz o resultado do questionamento sobre a programação de receitas e despesas pessoais dos acadêmicos, com a análise podemos afirmar que os ingressantes dos três cursos novamente se destacam com maior proporção de respostas positivas, dentre eles os maiores seriam ingressantes de Administração e de Ciências Contábeis. Já os ingressantes do Curso de Ciências Econômicas é detentor da maior porcentagem que trata da resposta ‘nunca’. Quanto aos concluintes dos três grupos podemos observar que se assemelham por não optarem pela resposta ‘nunca’, sendo assim mesmo que raramente, podemos considerar que os mesmos têm ciência da importância de programar suas despesas pessoais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que os acadêmicos do 1º, 2º e 3º anos do curso de Ciências Contábeis detêm média salarial elevada, assim como os concluintes de Administração. Observamos também que há um número significativo de acadêmicos que optaram por não responder algumas perguntas do questionário.

Mesmo com os grupos concluintes não demonstrando os melhores comportamentos em relações a suas finanças, estes demonstraram preocupação em gerenciar suas receitas e despesas, assim, podemos considerar que os mesmos têm ciência da importância desta atividade.

Mas a conclusão mais significativa da pesquisa foi que os ingressantes dos três cursos têm melhores hábitos na vida financeira como o de consumir mais à vista, contudo são detentores da média salarial mais baixa, com exceção apenas dos ingressantes de Ciências Contábeis, e encontramos número de respostas considerável dos acadêmicos que raramente pedem desconto entre os mesmos. Isso chama a atenção, pois contraria o que se esperava: embora estudando disciplinas relacionadas a finanças, aparentemente a qualidade da educação financeira (manifesta pelas práticas de comprar à vista e de pedir desconto) reduz-se nos concluintes.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. Como **Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. . **Finanças Pessoais: Um Estudo de Caso Com Servidores Públicos**. Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf Acesso em 01 de Abril de 2011.

KERN, Denise Terezinha Brandão. **Uma Reflexão Sobre a Importância De Inclusão De Educação Financeira Na Escola Pública.** Disponível em: http://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/87/1/DeniseKern.pdf. Acesso em 05 de Abril 2011.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C.. **A Influência Da Educação Financeira Nas Decisões De Consumo E Investimento Dos Indivíduos**. Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/ 266. Pdf. Acesso em 04 de Abril de 2011.

MALLMANN, Fernando S.. **Finanças Pessoais – Quanto, Aonde e como Investir.** Porto Alegre 2008. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16624/000686306.pdf?sequence=1. Acesso em 24 de Abril de 2011.

MEKELBURG, Gilson. **Finanças Pessoais**. Disponível em: http://www.facenp.com.br/public/trabalhos/1300359096d 0e04812b_.pdf. Acesso em 04 de Abril de 2011.

NUNES, Paulo. **Conceito de Consumo. Enciclopédia – Ciências Econômicas e Empresariais**. Disponível em: http://www.knoow.net/cienceconempr/economia/com sumo. htm. Acesso em 21 de Abril de 2011.

PINHEIRO, Ricardo Pena. **Educação Financeira e Previdenciária, A Nova Fronteira dos Fundos de Pensão**. (Artigo contido no livro "Fundos de Pensão e Mercado de Capitais" lançado pelo Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia e Editora Peixoto Neto, em set/2008 na cidade de São Paulo-SP). Disponível em: http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_090420-113416-244.pdf. Acesso em 21 de Abril de 2011.

REBOITA, Michelle S.. **Introdução à Estatística Aplicada à Climatologia Parte II – Distribuições de Probabilidades.** Projeto PAE. São Paulo 2005. Disponível em: www.icess.ucsb.edu/gem/material_clima_I/Parte%20II.doc. Acesso em 30 de Maio de 2011.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. Disponível em: http://www.4shared.com/document/shYqfccH/Dicionario_de_Economia.htm. Acesso em 29 de Maio de 2011.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T. S.; SANTANA, F. de A.. **Paradigmas da educação financeira no Brasil. Revista de Administração Pública**. v.41 n.6. p. 1121-1141. Rio de Janeiro nov./dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n6/06.pdf. Acesso em 15 de Abril de 2011.

VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. **Pesquisa e ensino: considerações e reflexões**. E-scrita Revista do Curso de Letras da UNIABEU Nilópolis, v. 1 n.2. Mai./Ago. 2010. Nilópolis – RJ. Disponível em http://www.uniabeu.edu.br/publica/index. php/RE/article/viewFile/26/pdf_23. Acesso em 29 de Abril de 2011.